

*Enunciado com tópicos de correcção*

**I**

**Comente, fundamentadamente, 2 das seguintes 3 afirmações,  
no máximo de 30 linhas por resposta.  
(Cotação de cada resposta: 6 valores)**

a) “Nos postulados da democracia liberal e constitucional, a *lei injusta* ou é sinónimo de *lei inválida à luz da Constituição* ou é uma *arbitrária qualificação de uma lei.*”

*Tópicos: nesses postulados, a afirmação é correcta. Pois, aí, o único critério aferidor da justiça ou injustiça da lei é a vontade do Povo. Assim, a distinção faz-se entre normas ditadas por motivos conjunturais e normas estruturantes.*

b) “Quer em Tomás de Aquino, quer em Gustav Radbruch, a lei injusta é condição suficiente do não acatamento pelo destinatário da lei.”

*Tópicos: a afirmação é incorrecta. Em ambos os Autores, há leis injustas a que é devida a obediência. Necessário ponderar o grau de injustiça com o grau de afectação da certeza jurídica/bem comum.*

c) “Quer na revolução, quer na desobediência civil quer no direito de resistência, o destinatário da lei rebela-se contra o ordenamento jurídico que rege a comunidade de que faz parte.”

*Tópicos: a afirmação é incorrecta: há rebelião, sim, na revolução; na desobediência, há rebelião apenas quanto à norma de conduta preferencial, mas acatamento quanto à correspondente norma sancionatória; no direito de resistência, há comportamento em conformidade como Direito (em reacção a comportamento violador do Direito).*

**II**

**Responda, fundamentadamente, no máximo de 40 linhas.  
(Cotação: 8 valores)**

Tendo presente, nomeadamente, as posições de Antígona e de Creonte, como decidiria um caso subsumível numa norma qualificada como *systemicamente válida mas injusta*.

*Tópicos: ponderação de certeza, bem comum, justiça divina, justiça humana, renúncia à magistratura.*

*O estudante pode problematizar a qualificação da justeza do postulado da afirmação (de que há lei injusta).*